

## 2. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

O TCE/SC, no exercício do controle externo, de acordo com suas atribuições constitucionais, exerce funções de natureza fiscalizadora, sancionadora e consultiva.

A fiscalização tem como objetivo verificar a legalidade, a legitimidade, a eficiência e a economicidade de atos administrativos em geral, bem como o cumprimento das normas relativas à gestão fiscal com vistas a assegurar a eficácia do controle que lhe compete.

A faceta sancionadora manifesta-se, principalmente, na aplicação das multas previstas na Lei Orgânica do Tribunal.

A função consultiva é realizada mediante emissão de respostas a Consultas sobre interpretação de lei ou questão formulada em tese, relativas à matéria sujeita a sua fiscalização, nos termos do art. 59, XII, da Constituição Estadual, bem como através de cursos e seminários, com exposições e debates sobre assuntos e a legislação pertinente à Administração Pública.

### 2.1. Jurisdição

Segundo o disposto no art. 58, da Constituição Estadual e nos arts. 5º e 6º, da Lei Orgânica (Lei Complementar n. 202), aprovada em 15.12.2000, definiu-se que estão sob a jurisdição do Tribunal qualquer pessoa física ou entidade pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie, ou administre dinheiro, bens ou valores públicos ou pelos quais o Estado ou o Município respondam, ou que em nome destes, assumam obrigações de natureza pecuniária.

No exercício de 2014, 1.846 unidades constituídas por órgãos e entidades estaduais e municipais estiveram sujeitas à fiscalização pelo TCE/SC. A Tabela abaixo apresenta um comparativo sobre as unidades fiscalizadas entre os anos de 2009 a 2014.

**TABELA 03 - UNIDADES FISCALIZADAS PELAS DIRETORIAS DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL**

ÂMBITO	NATUREZA	QUANTIDADE					
		2009	2010	2011	2012	2013	2014
MUNICIPAL	Prefeituras	293	293	293	293	295	295
	Fundos	804	798	809	809	814	813
	Autarquias	120	123	127	134	135	141
	Fundações	127	129	133	140	145	149
	Sociedade de Economia Mista Municipal	14	16	16	16	16	17
	Câmaras Municipais	248	253	253	260	295	295
	<b>Sub-Total</b>	<b>1.606</b>	<b>1.612</b>	<b>1.631</b>	<b>1.650</b>	<b>1.700</b>	<b>1.710</b>
ESTADUAL	Administração Direta	15	18	18	18	18	18
	Assembléia Legislativa	1	1	1	1	1	1
	Autarquias	7	7	7	7	7	7
	Fundações	6	6	6	6	6	6
	Fundos Especiais	39	41	41	41	41	41
	Gabinete do Governador	1	1	1	1	1	1
	Gabinete do Vice-Governador	1	1	1	1	1	1
	Procuradoria Geral de Justiça	1	1	1	1	1	1
	Procuradoria Geral do Estado	1	1	1	1	1	1
	Procuradoria Geral junto ao TCE	1	1	1	1	1	1
	Secretarias Regionais	36	36	36	36	36	36
	Sociedade de Economia Mista Estadual	20	20	20	20	20	20
	Tribunal de Contas	1	1	1	1	1	1
Tribunal de Justiça	1	1	1	1	1	1	
<b>Sub-Total</b>	<b>131</b>	<b>136</b>	<b>136</b>	<b>136</b>	<b>136</b>	<b>136</b>	
<b>Total</b>	<b>1.737</b>	<b>1.748</b>	<b>1.767</b>	<b>1.786</b>	<b>1.836</b>	<b>1.846(*)</b>	

Fonte: Diretoria de Controle da Administração Estadual – DCE E Diretoria de Controle da Administração Municipal - DMU

Nota: (\*) Situação representada ao final do mês de dezembro de 2014

## 2. 2. Sessões Plenárias

### Sessões em 2014

7 - Administrativa  
2 - Extraordinária  
84 - Ordinária  
1 - Especial

Fonte: SEG

As sessões ordinárias do Tribunal Pleno são realizadas nas segundas e quartas-feiras e presididas pelo Conselheiro-Presidente. A pauta das sessões é publicada, com antecedência, no Diário Oficial do Estado e, também, pode ser consultada no sítio do TCE, no endereço eletrônico: [www.tce.sc.gov.br](http://www.tce.sc.gov.br)

## 2.3. Deliberações

As deliberações do Tribunal Pleno consistem em: Resoluções, Instruções Normativas, Decisões Normativas, Pareceres, Acórdãos e Decisões.

**Resoluções**, quando se tratar de: instituição ou alteração do Regimento Interno; normas relativas à estrutura, competência, atribuição e funcionamento dos órgãos do Tribunal; outras matérias que, a critério do Tribunal Pleno, devam se revestir dessa forma.

**Instrução Normativa**, quando se tratar de instruções gerais ou especiais relativas ao controle externo, ou quando disciplinar matéria que envolva órgão ou entidade sujeita à jurisdição do Tribunal.

**Decisão Normativa**, quando se tratar de fixação de critério ou orientação e não se justificar a expedição de instrução normativa ou resolução.

**Pareceres**, quando se tratar de contas prestadas anualmente pelo Governador, pelos prefeitos e outros casos em que deva o Tribunal assim se manifestar.

**Acórdão**, quando se tratar de decisão em processo de prestação ou tomada de contas, decisões de sustação ou solicitação de sustação da execução de tomada de contas especial e, ainda, de decisão da qual resulte imposição de multa em processo de fiscalização a cargo do Tribunal.

**Decisões**, nos demais casos, especialmente quando se tratar de: sustação ou solicitação de sustação da execução de ato ilegal; deliberação preliminar ou de natureza terminativa; apreciação da legalidade, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal, bem como das concessões de aposentadorias, reformas e pensões a que se refere o inciso IV, do art 1º do Regimento Interno; inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e adoção de medidas cautelares, previstas nos arts. 113 e 114 do Regimento Interno; determinação de realização de inspeções e auditorias e apreciação de seus resultados; matéria de natureza administrativa; enunciado de súmula de jurisprudência do Tribunal; incidente de inconstitucionalidade; licença, férias e outros afastamentos de Conselheiros e Auditores.

Sessões	Exercício de 2014				TOTAL
	Deliberações				
	Pareceres	Acórdãos	Decisões	Resoluções	
<b>TOTAL</b>					
Administrativa	-	-	68	-	<b>68</b>
Especial	-	-	-	-	-
Extraordinária	3	66	76	1	<b>146</b>
Ordinária	292	1.133	5.506	18	<b>6.949</b>
<b>TOTAL</b>	<b>295</b>	<b>1.199</b>	<b>5.650</b>	<b>19</b>	<b>7.163</b>

Fonte: Secretaria Geral - SEG

No exercício de 2014, o Tribunal aprovou 18 (dezoito) resoluções, a seguir relacionadas:

**Resolução N. TC-106/2014** - Dispõe sobre alterações na Lei Orgânica do TCE/SC. DOTC-e nº 1.621 de 06/01/2015.

**Resolução N. TC-105/2014 - Alterar a redação do caput dos arts. 1º, 3º e 5º, os incisos I, II e III e o parágrafo único do art. 7º da Resolução n. TC-0076/2013, que trata da regulamentação dos procedimentos para concessão de auxílio-saúde no âmbito do Tribunal de Contas do Estado.** DOTC-e nº1.618 de 18/12/2014.

**Resolução N. TC-104/2014** - Atribui a denominação de "Espaço Cultural Willy Zumblick" ao hall do prédio-sede do Tribunal de Contas do Estado . DOTC-e nº1.618 de 18/12/2014.

**Resolução N. TC-103/2014** - Homologa a Portaria n. TC-0728/2014, que institui o auxílio-educação em substituição ao auxílio-creche; a Portaria n. TC-0733/2014, que institui o auxílio-transporte; e a Portaria n. 0735/2014, que concede reajuste dos valores limite do auxílio-saúde regul. DOTC-e nº1.617 de 17/12/2014.

**Resolução N. TC-102/2014** - Aprova o encaminhamento à ALESC de anteprojeto de lei que dispõe sobre o pagamento de parcela de auxílio-alimentação no âmbito deste Tribunal de Contas e do Ministério Público junto a esta Corte de Contas DOTC-e nº 1.615, de 15/12/2014.

**Resolução N. TC-101/2014** - Adota o Código de Ética dos Tribunais de Contas, na parte que se refere aos Membros do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina DOTC-e nº1.617 , de 17/12/2014.

**Resolução N. TC-100/2014** - Estabelece critérios para a aplicação da Lei Complementar (estadual) n. 588, de 14 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o prazo prescricional de cinco anos para análise e julgamento dos processos do Tribunal de Contas, e dá outras providências. DOTC-e nº1.602 , de 26/11/2014.

**Resolução N. TC-099/2014** - Outorga Medalha do Mérito Tribunal de Contas. DOTC-e nº1.580 , de 24/10/2014.

**Resolução N. TC-098/2014** - Altera dispositivos do regimento Interno para dispor que os atos sujeitos a registro, previstos pelo art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar n. 202, de 15 de dezembro de 2000, tenham o mérito apreciado através de decisão singular proferida por Conselheiro. DOTC-e nº1.573 , de 15/10/2014.

**Resolução N. TC-097/2014** - Aprova a Proposta Orçamentária para o exercício de 2015 e a Revisão do Plano Plurianual - PPA para o período 2012-2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina DOTC-e nº1.565 , de 03/10/2014.

**Resolução N. TC-096/2014** - Estabelece procedimentos para envio da relação de responsáveis que tiveram as contas julgadas irregulares à Justiça Eleitoral e dá outras providências. DOTC-e nº1.492 , de 24/06/2014.

**Resolução N. TC-095/2014** - Dispõe sobre a expressa revogação de Resoluções do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências. DOTC-e nº1.493 , de 25/06/2014.

**Resolução N. TC-094/2014** - Altera a redação dos arts. 5º, 6º, 17, 20, 22 e 25 da Resolução n. TC-16/94, que estabelece o sistema de comprovação e de demonstrações contábeis relativos ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas, prevê a prestação de contas dos consórcios pub.. DOTC-e nº1.493 , de 25/06/2014.

**Resolução N. TC-093/2014** - Concede a revisão geral anual aos servidores do Tribunal de Contas e fixa o valor do piso correspondente ao Nível 1, Referência A, da Tabela de Índices de Vencimentos. DOTC-e nº1.490 , de 18/06/2014.

**Resolução N. TC-092/2014** - Outorga Medalha do Mérito Tribunal de Contas. DOTC-e nº1.474 , de 27/05/2014.

**Resolução N. TC-091/2014** - Outorga Medalha do Mérito Tribunal de Contas. DOTC-e nº1.474 , de 27/05/2014.

**Resolução N. TC-090/2014** - Dispõe sobre práticas e critérios destinados a defesa do meio ambiente e promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações de bens, serviços e obras, no âmbito do Tribunal de Contas do de Santa Catarina. DOTC-e nº1.465 , de 14/05/2014.

**Resolução N. TC-089/2014** - Dispõe sobre a estrutura e a competência dos Órgãos Auxiliares do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências. DOTC-e nº1.460 , de 27/05/2014.

## 2.4. Processos Julgados ou Apreciados

A Tabela 04 apresenta, por classe de assunto, as quantidades de processos julgados ou apreciados pelo Tribunal em 2013 e 2014. No exercício de 2014 foram apreciados 7.164 processos das 1.846 unidades da Administração Estadual e Municipal, sujeitas à sua fiscalização. Percebe-se uma variação positiva de aproximadamente 15,17% de processos julgados em relação ao ano de 2013.

**TABELA 04 - PROCESSOS JULGADOS OU APRECIADOS**

TIPO DE PROCESSO	QUANTIDADE	
	Exercício 2013	Exercício 2014
Auditoria de Controle Interno	-	1
Consultoria Geral	2	2
Corregedoria-Geral	-	1
Diretoria de Administração e Finanças	26	15
Diretoria de Gestão de Pessoas	-	20
Gabinete da Presidência	16	34
Auditoria "in loco" Licitações Contratos Convênios e Atos Jur. Análogos	3	2
Auditoria Ordinária "in loco"	3	6
Auditoria "in loco" Prestação Contas de Rec. Antecipados	6	2
Auditoria "in loco" Atos Pessoal	2	2
Registro de Ato de Admissão de Pessoal	1	-
Registro de Ato de Aposentadoria	3.018	2627
Registro de Ato de Ato de Reforma	11	11
Registro de Ato de Transferência para a Reserva Remunerada	268	458
Retificação de Ato Aposentatório	12	549
Auditoria in loco de Registros Contábeis e Execução Orçamentária	5	4
Retificação de Ato de Ato de Reforma	-	-
Auditoria "in loco" Registros Cont. Execução Orçamentária	-	-
Consulta	84	85
Denúncia	40	62
Editais de Concorrência Pública	10	8
Editais de Pregão	2	1
Contrato decorrente de licitação	3	3
Convênio ou Instrumento Análogo	1	-
Dispensa de licitação	8	1
Inexigibilidade de licitação	1	4
Licitações Contratos Convênios e Instrumentos Análogos	3	5
Processo Licitatório	17	5
Verificação do Cumprimento da LRF	24	11
Prestação de Contas	-	1
Prestação de Contas Anual de Unidade Gestora	139	156
Prestação Contas Administrador	75	48
Prestação Contas Governador	1	1
Prestação Contas do Prefeito	293	300
Prestação de Contas de Recursos Antecipados	-	10
Prestação Contas de Recursos Repassados	16	8
Prestação Contas de Recursos Antecipados – Servidor	14	-
Prestação Contas de Recursos de Transferências Voluntárias (Convênios)	31	13
Pedidos de Auditoria	4	1
Pedido de Auditoria ALESC – LC 202/2000, Art. 1º, V	-	6
Processos Diversos	6	2
Processos de Monitoramento	19	18
Processo Normativo	19	20
Registro de Ato de Pensão e Auxílio Especial	707	1.230
Retificação de Ato de Pensão e Auxílio Especial	-	57
Agravo – art. 82 da LC 202/2000	11	5
Pedido de Reapreciação – Prestação de Contas do Prefeito	4	12
Embargo de Declaração – art. 78 da LC 202/2000	36	30
Reconsideração – art. 77 da LC 202/2000	236	210
Recurso	8	3
Reexame – art. 80 da LC/2000	140	100
Reexame de Conselheiro – art. 81 da LC/2000	14	13

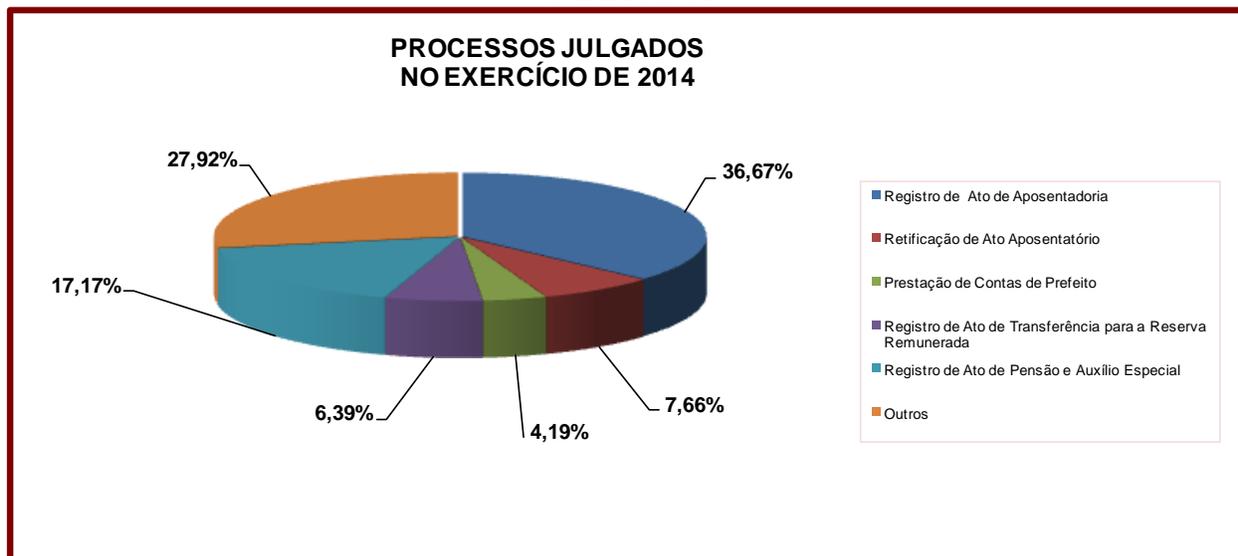
Continua

Continuação

TIPO DE PROCESSO	QUANTIDADE	
	Exercício 2013	Exercício 2014
Representação	2	4
Representação – art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93	110	129
Representação - Agente Público (Art. 100 RI)	96	121
Representação de Conselheiro	2	1
Representação do Ministério Público	15	17
Representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	5	2
Representação do Poder Judiciário	31	33
Revisão – art. 83 da LC 202/2000	31	23
Auditoria de Atos de Pessoal	11	27
Auditoria de Registros Contábeis e Execução Orçamentária	10	21
Auditoria em Licitações e Contratos	8	8
Auditoria Especial – art. 3º, da Resolução TC – 2007	9	10
Auditoria Operacional	8	12
Auditoria Ordinária	25	37
Auditoria sobre Recursos transferidos (antecipações, subvenções, auxílios)	2	3
RLA - Admissão	-	1
Inspeção Especial – art. 3º, da Resolução TC 10/ 2007	-	1
Relatório de Auditoria	1	-
Inspeção Ordinária	51	241
Inspeção referente à Atos de Pessoal	2	-
Inspeção referente a Licitações e Contratos	1	1
Inspeção referente a Registros Contábeis e Execução Orçamentária	-	20
Representação Agente Público (Art. 100 RI)	10	11
Representação - Judicial (Art. 100 RI)	11	2
Representação - Licitação (Art. 113 Lei 8.666/93)	1	3
Solicitação Lic. Contrato Conv. e Atos jur. Análogos	1	2
Solicitação Prestação. Contas de Rec. Antecipados	22	6
Solicitação de Atos de Pessoal	28	3
Tomada de Contas Especial	224	262
<b>Total</b>	<b>6.077</b>	<b>7.164</b>

Fonte: Secretaria Geral - SEG

GRÁFICO 01



Fonte: Secretaria Geral – SEG

### 2.4.1 Instrução e Julgamento de Contas

Todos os processos que tramitam no Tribunal de Contas são devidamente instruídos pelas Diretorias Técnicas do TCE. Em seguida, são encaminhados ao Ministério Público junto ao TCE/SC, para emissão de seu parecer. Cumpridas estas instâncias de análise e parecer, o processo é submetido ao Relator para proferir o parecer e voto, submetendo-os à deliberação do Pleno.

Será considerada **preliminar** a decisão pela qual o Plenário, antes de pronunciar-se quanto ao mérito da matéria, resolve sobrestar o julgamento, ordenar a citação dos responsáveis ou, ainda, determinar outras diligências necessárias ao saneamento do processo.

A decisão **definitiva** do Tribunal acontece quando as contas são julgadas regulares, regulares com ressalvas ou irregulares.

**Terminativa** é a decisão pela qual o TCE ordena o trancamento das contas consideradas ilíquidas, nos termos do art. 22 da Lei Orgânica do Tribunal (Lei Complementar 202/2000).

No ano de 2014, as decisões prolatadas pelo Tribunal Pleno envolveram aplicações de multas no valor de R\$ 1.462.495,27 (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e vinte e sete centavos) e imputação de débito no valor de R\$ 21.109.281,09 (vinte e um milhões, cento e nove mil, duzentos e oitenta e um reais e nove centavos), conforme consta da Tabela 05.

**TABELA 05 - DECISÕES DO TRIBUNAL PLENO  
COM IMPUTAÇÃO DE DÉBITO E/OU APLICAÇÃO DE MULTAS- 2014**

Tipos de Processo	Valor em R\$		
	Multas	Débitos	Total
RLA - Auditoria de Atos de Pessoal	63.400,00	-	63.400,00
RLA - Auditoria de Registros Contábeis e Execução Orçamentária	33.300,00	-	33.300,00
RLA - Auditoria em Licitações e Contratos	15.000,00	-	15.000,00
RLA - Auditoria Especial - art. 3º, I, da Resolução TC-10/2007	5.000,00	-	5.000,00
APE - Auditoria in loco de Atos de Pessoal	400,00	-	400,00
ALC - Auditoria in loco de Licitações, Contratos, Conv. e Atos Jurídicos Análogos	1.300,00	-	1.300,00
ARC - Auditoria in loco de Registros Contábeis e Execução Orçamentária	10.500,00	-	10.500,00
RLA - Auditoria Operacional	6.000,00	-	6.000,00
RLA - Auditoria Ordinária	52.600,00	-	52.600,00
RLA - Auditoria sobre Recursos Transferidos (antecipações, subvenções, auxílios e	3.900,00	-	3.900,00
LCC - Contrato Decorrente de Licitação	3.800,00	-	3.800,00
DEN - Denúncia	25.700,00	-	25.700,00
LCC - Dispensa de Licitação	3.000,00	-	3.000,00
LCC - Inexigibilidade de Licitação	4.000,00	-	4.000,00
RLI - Inspeção Ordinária	176.500,00	-	176.500,00
RLI - Inspeção referente a Registros Contábeis e Execução Orçamentária	29.100,00	-	29.100,00
LCC - Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Análogos	2.400,00	-	2.400,00
PDA - Pedido de Auditoria	2.000,00	-	2.000,00
PCA - Prestação de Contas Anual de Unidade Gestora	79.900,00	442.253,67	522.153,67
PCA - Prestação de Contas de Administrador	34.460,12	2.071.933,26	2.106.393,38
PCR - Prestação de Contas de Recursos Antecipados	31.665,43	1.651.833,56	1.683.498,99
PCR - Prestação de Contas de Recursos de Transferências Voluntárias	16.800,00	279.413,05	296.213,05
PCR - Prestação de Contas de Recursos Repassados	13.000,00	604.174,07	617.174,07
PMO - Processo de Monitoramento	3.000,00	-	3.000,00
LCC - Processo Licitatório	11.200,00	-	11.200,00
REC - Reconsideração - art. 77 da LC 202/2000	500,00	-	500,00
APE - Registro de Ato de Aposentadoria	4.000,00	-	4.000,00
REP - Representação	2.800,00	-	2.800,00
RPA - Representação - Agente Público (Art.100 RI)	7.600,00	-	7.600,00
REP - Representação - art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93	61.900,00	-	61.900,00
RPJ - Representação - Judicial (Art.100 RI)	800,00	-	800,00
RPL - Representação - Licitação (Art.113 Lei 8666/93)	3.000,00	-	3.000,00
REP - Representação de Agente Público	79.900,00	-	79.900,00
REP - Representação do Ministério Público	17.700,00	-	17.700,00
REP - Representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	1.400,00	-	1.400,00
REP - Representação do Poder Judiciário	25.300,00	-	25.300,00
SPE - Solicitação de Atos de Pessoal	5.000,00	-	5.000,00
SPC - Solicitação de Prestações de Contas de Recursos Antecipados	13.600,00	29.747,81	43.347,81
TCE - Tomada de Contas Especial	611.069,72	16.029.925,67	16.640.995,39
<b>TOTAL</b>	<b>1.462.495,27</b>	<b>21.109.281,09</b>	<b>22.571.776,36</b>

Fonte: Secretaria Geral - SEG

No ano de 2014, foram adotadas providências para a execução de débitos imputados e de multas aplicadas em decisões do Tribunal, previstas no Regimento Interno, art. 254, em processos que somados totalizam R\$ 7.382.309,72 (sete milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e nove reais e setenta e dois centavos), conforme tabela 06.

**TABELA 06 - DECISÕES DEFINITIVAS DO TRIBUNAL PLENO COM ENCAMINHAMENTO PARA COBRANÇA DE DÉBITOS E DE MULTAS - 2014**

Tipos de Processo	Valor em R\$		
	Multas	Débitos	Total
RLA - Auditoria de Atos de Pessoal	26.200,00	-	26.200,00
RLA - Auditoria de Registros Contábeis e Execução Orçamentária	12.238,45	-	12.238,45
RLA - Auditoria em Licitações e Contratos	8.600,00	-	8.600,00
RLA - Auditoria Especial - art. 3º, I, da Resolução TC-10/2007	3.000,00	-	3.000,00
APE - Auditoria in loco de Atos de Pessoal	6.000,00	-	6.000,00
ALC - Auditoria in loco de Licitações, Contratos, Conv. e Atos Jurídicos Análogos	5.700,00	-	5.700,00
ARC - Auditoria in loco de Registros Contábeis e Execução Orçamentária	2.900,00	-	2.900,00
RLA - Auditoria Ordinária	17.100,02	-	17.100,02
RLA - Auditoria sobre Recursos Transferidos (antecipações, subvenções, auxílios)	3.300,00	-	3.300,00
BLA - Balanço Anual	800,00	-	800,00
LCC - Contrato Decorrente de Licitação	6.000,00	-	6.000,00
DEN - Denúncia	22.900,00	-	22.900,00
LCC - Dispensa de Licitação	1.000,00	-	1.000,00
RLI - Inspeção Ordinária	67.800,00	-	67.800,00
RLI - Inspeção referente a Registros Contábeis e Execução Orçamentária	13.000,00	-	13.000,00
LCC - Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Análogos	1.600,00	-	1.600,00
PCA - Prestação de Contas Anual de Unidade Gestora	27.700,00	311.275,19	338.975,19
PCA - Prestação de Contas de Administrador	32.541,84	1.008.150,01	1.040.691,85
PCR - Prestação de Contas de Recursos Antecipados	6.000,00	-	6.000,00
PCR - Prestação de Contas de Recursos de Transferências Voluntárias	22.292,62	412.999,24	435.291,86
PCR - Prestação de Contas de Recursos Repassados	5.800,00	40.400,00	46.200,00
PDI - Processo Diverso	24.000,00	-	24.000,00
LCC - Processo Licitatório	4.400,00	-	4.400,00
REC - Reconsideração - art. 77 da LC 202/2000	500,00	-	500,00
APE - Registro de Ato de Aposentadoria	3.700,00	-	3.700,00
PPA - Registro do Ato de Pensão e Auxílio Especial	3.800,00	-	3.800,00
REP - Representação	800,00	-	800,00
RPA - Representação - Agente Público (Art.100 RI)	4.500,00	-	4.500,00
REP - Representação - art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93	9.700,00	-	9.700,00
RPJ - Representação - Judicial (Art.100 RI)	4.600,00	-	4.600,00
RPL - Representação - Licitação (Art.113 Lei 8666/93)	13.000,00	-	13.000,00
REP - Representação de Agente Público	27.700,00	-	27.700,00
REP - Representação do Ministério Público	2.600,00	-	2.600,00
REP - Representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	1.000,00	-	1.000,00
REP - Representação do Poder Judiciário	12.300,00	-	12.300,00
SPE - Solicitação de Atos de Pessoal	6.000,00	-	6.000,00
SPC - Solicitação de Prestações de Contas de Recursos Antecipados	7.200,00	690.530,00	697.730,00
TCE - Tomada de Contas Especial	219.675,54	4.281.006,81	4.500.682,35
<b>Total</b>	<b>637.948,47</b>	<b>6.744.361,25</b>	<b>7.382.309,72</b>

Fonte: Secretaria Geral - SEG

## 2.4.2 Processos autuados

No ano de 2014, foram autuados 7.075 processos na Secretaria Geral do Tribunal de Contas, destacando-se os processos de Registro de Ato de Aposentadoria, com 3.394 (47,97%), Registro de Ato de Pensão e Auxílio Especial, 1.066 (15,07%), e Registro de Ato de Transferência para a Reserva Remunerada, 741(10,47%). Comparando as autuações do corrente exercício, com o ano de 2013, percebe-se uma variação negativa de aproximadamente 922 processos, ou seja, 11,53%.

### TABELA 07- PROCESSOS AUTUADOS

Tipo de Processo	Quantidade	
	2013	2014
APE – Registro de Ato de Admissão de Pessoal		1
APE - Registro de Ato de Aposentadoria	3.379	3.394
APE - Registro de Ato de Reforma	17	10
APE - Registro de Ato de Transferência para a Reserva Remunerada	483	741
APE - Retificação de Ato Aposentatório	650	32
APE – Revogação de Registro de Ato Aposentatório		13
APE - Retificação de Ato de Reforma	2	
APE - Retificação de Ato de Transferência para a Reserva Remunerada	-	
CON - Consulta	109	87
DEN - Denúncia	69	58
ELC - Edital de Concorrência	6	13
ELC - Edital de Pregão	2	2
LCC - Contrato Decorrente de Licitação	2	2
Dispensa de Licitação		1
LCC - Inexigibilidade de Licitação	1	
LCC – Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Análogos	2	
LCC – Processo Licitatório	2	4
LRF - Verificação da Lei de Responsabilidade Fiscal	15	15
PCA - Prestação de Contas Anual de Unidade Gestora	2	1
PCG - Prestação de Contas do Governador	1	1
PCP - Prestação de Contas do Prefeito	293	295
PCR - Prestação de Contas de Recursos Repassados	38	16
PCR - Prestação de Contas de Recursos Antecipados	19	162
PCR - Prestação de Contas de Recursos de Transf. Voluntárias (Convênios)	27	88
PDA - Pedido de Auditoria ALESC - LC 202/2000, Art. 1º, V	5	3
PMO - Processo de Monitoramento	14	16
PNO - Processo Normativo	23	23
PPA – Registro de ato de Pensão e Auxílio Especial	1515	1.066
PPA – Retificação do Ato de Pensão e Auxílio Especial	85	15
PRP - Pedido de Reapreciação - Prestação de Contas do Prefeito	14	2
REC - Agravo - art. 82 da LC 202/2000	9	10
REC - Embargos de Declaração - art.78 da LC 202/2000	46	38
REC - Reconsideração - art. 77 da LC 202/2000	204	199
REC - Reexame - art. 80 da LC 202/2000	127	169
REC - Reexame de Conselheiro - art. 81 da LC 202/2000	10	8
REP - Representação	-	
REP - Representação - art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93	132	143
REP - Representação de Agente Público	110	117
REP - Representação do Ministério Público	7	9
REP - Representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	1	3
REP - Representação do Poder Judiciário	25	10
REV - Revisão - art. 83 da LC 202/2000	22	25
RLA - Auditoria de Atos de Pessoal	21	20
RLA - Auditoria de Registros Contábeis e Execução Orçamentária	13	14
RLA - Auditoria em Licitações e Contratos	2	6
RLA - Auditoria Especial - art. 3º, I, da Resolução TC-10/2007	6	5
RLA - Auditoria Operacional	6	4
RLA - Auditoria Ordinária	44	58
RLA - Auditoria sobre Recursos Transferidos (antecipações, subvenções, auxílios)	11	1
RLA – RLA- Admissão	-	
RLI - Inspeção Ordinária	263	104
RLI – Inspeção referente a Recursos Transferidos (antecipações, subvenções, auxílios)	1	2
RLI - Inspeção referente a Atos de Pessoal	-	
RLI - Inspeção referente a Registros Contábeis e Execução Orçamentária	7	19
TCE- Tomada de Contas Especial	155	50
<b>Total</b>	<b>7.997</b>	<b>7.075</b>

Fonte: Secretaria Geral - SEG

## 2.5. Movimentação de Processos

Os processos autuados são encaminhados para a análise técnica nas Diretorias competentes. Após efetuada análise, o processo segue para emissão de parecer da Procuradoria junto ao Tribunal de Contas, podendo retornar à respectiva unidade para re-instrução. Também o relator do processo pode, tendo promovido a audiência com o gestor e havendo novas informações a serem consideradas, determinar a reinstrução do processo. Assim, a movimentação dos processos registra o fluxo, a quantidade e a natureza do trabalho analítico do Tribunal de Contas.

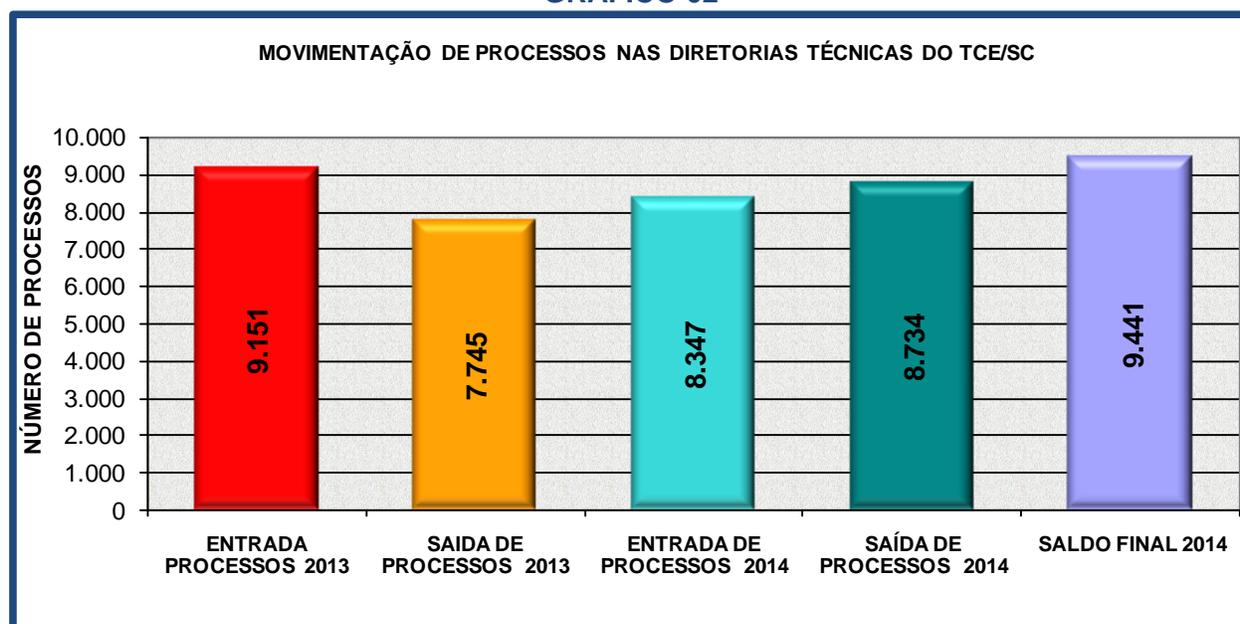
A Tabela 08 apresenta um comparativo sobre a movimentação de processos, referente aos exercícios de 2013 e de 2014. Comparando-se os dois anos, observa-se que houve uma diminuição de 804 (8,79%) processos na entrada. Em contrapartida, percebe-se que a Diretoria de Controle de Municípios foi a que apresentou um aumento considerável na saída de processos.

**TABELA 08 - MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS NAS DIRETORIAS TÉCNICAS**

Diretorias	EXERCÍCIO 2013		EXERCÍCIO 2014		Saldo Final
	Entrada Processos	Saída Processos	Entrada Processos	Saída Processos	
Diretoria de Atividades Especiais - DAE	146	139	132	133	35
Diretoria de Controle da Administração Estadual - DCE	2.579	2.530	1.730	1.708	926
Diretoria de Controle dos Municípios - DMU	1.552	1.531	2.134	2.060	1.911
Diretoria de Licitações e Contratações - DLC	1.402	1.444	1.887	1.909	238
Diretoria de Administração de Atos de Pessoal - DAP	2.123	736	1.744	1.937	6.130
Consultoria Geral - COG	1.349	1.365	720	987	201
<b>TOTAL</b>	<b>9.151</b>	<b>7.745</b>	<b>8.347</b>	<b>8.734</b>	<b>9.441</b>

Fonte: Diretorias Técnicas.

**GRÁFICO 02**



Fonte: Diretorias

## 2.6. Apreciação de Denúncias, Consultas, Recursos e Representações

No exercício de 2014, foram julgados 85 Consultas, 62 Denúncias, 113 Reexames e 323 Representações e 210 processos de Reconsideração.

A Constituição Estadual assegura a qualquer cidadão(ã), partido político, associação ou sindicato apresentar **denúncia** ao TCE sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos públicos. As Denúncias e as Representações são instrumentos importantes no combate ao desperdício e à má aplicação de recursos públicos.

Outra competência constitucional do TCE/SC é responder a Consultas sobre interpretação de lei ou questão formulada em tese, por administradores públicos estaduais e municipais. As consultas encaminhadas ao Tribunal, com dúvidas suscitadas na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, devem ser relativas à matéria sujeita à sua fiscalização.

### Processos julgados no exercício de 2014

Consulta	85
Denúncia	62
Agravo	5
Pedido Reaprec.	12
Representação	323
Reexame	113
Emb. de declaração	30
Reconsideração	210
Revisão	23
Recurso	3

Fonte: SEG

Os processos de **Recursos** também estão expressos na Constituição Estadual e reflete o direito à ampla defesa do jurisdicionado.

## 2.7. Fiscalizações a Cargo do Tribunal de Contas

Os itens a seguir apresentam as principais modalidades de fiscalizações realizadas pelo Tribunal no exercício de 2014.

### 2.7.1. Parecer Prévio em Contas do Governador

Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio com apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira do exercício, e quanto à legalidade das operações contábeis decorrentes da execução dos programas e projetos, concluindo por recomendar a aprovação ou a rejeição das contas.

Após a apreciação e emissão do parecer prévio, as contas são remetidas à Assembléia Legislativa, a qual compete, nos termos do art. 40, § IX, da Constituição Estadual, o julgamento, no mérito, da gestão do Governador do Estado.

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), com base no relatório e voto do conselheiro Herneus de Nadal, e nas emendas apresentadas pelo conselheiro Julio Garcia recomendou, à Assembléia Legislativa (ALESC), a aprovação das contas do Governo do Estado de 2013 - penúltimo ano da gestão do governador Raimundo Colombo na sessão extraordinária do Pleno, no dia 29/5/14, com as seguintes ressalvas e recomendações:

#### 2.7.1.1. Ressalvas

1. Sistema de Controle Interno (SCI) - O relatório do órgão central do Sistema de Controle Interno, que acompanha as contas anuais do Governador, não contém todos os elementos exigidos no art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal, notadamente a descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e a execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas, bem como análise detida destas.
2. Sistema de Controle Interno (SCI) - Carência de efetividade, em face da inobservância do princípio da segregação de funções em diversas Unidades do Poder Executivo.
3. Planejamento Orçamentário - Fixação de despesas em valores não exequíveis, caracterizando um planejamento orçamentário não condizente com a realidade orçamentária e financeira do Estado.
4. Planejamento Orçamentário - Baixa execução das ações selecionadas pela sociedade catarinense nas

audiências públicas organizadas pela ALESC e das ações consideradas como prioritárias na LDO.

5. Cancelamento de despesas liquidadas - Recorrência e ampliação do montante dos cancelamentos de despesas liquidadas, sem controle que possibilite a transparência do procedimento, que no exercício sob análise alcançaram o montante de R\$ 1,22 bilhão, prejudicando a confiabilidade dos dados contábeis apresentados e contrariando o disposto nos artigos 62 e 63 da Lei Federal n. 4.320/64.
  6. Defensoria Dativa - O valor contábil registrado a título de dívida para com a Defensoria Dativa não é fidedigno, em decorrência da ausência de prévio empenho e liquidação da despesa respectiva, resultando em classificação contábil indevida no passivo não financeiro
  7. Metas Fiscais - Descumprimento das metas de despesa total, resultado primário, nominal e da dívida consolidada líquida, revelando um planejamento orçamentário não condizente com uma política de gestão fiscal responsável.
  8. Educação - Inclusão de gastos com inativos da educação no cálculo do percentual mínimo de aplicação com MDE, previsto no art. 212 da CRFB.
  9. Educação - Exclusão das receitas relativas ao SEITEC da base de cálculo para fins de definição dos valores mínimos a serem aplicados em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.
  10. Educação - Descumprimento do art. 170, parágrafo único da Constituição Estadual, com aplicação de 1,86% da base legal para fins de concessão de assistência financeira aos estudantes matriculados em instituições de ensino superior, legalmente habilitadas a funcionar no Estado, quando o correto seria 5%.
  11. Educação - Queda no volume de investimentos, não condizentes com as recorrentes deficiências encontradas na rede pública estadual de ensino (precariedade das instalações físicas escolares).
  12. Educação - Não utilização integral, no exercício, dos recursos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES, haja vista a não aplicação de 17,05% do valor arrecadado.
  13. Saúde - Exclusão das receitas relativas ao SEITEC da base de cálculo para fins de definição dos valores mínimos a serem aplicados em saúde.
  14. Saúde - Queda no volume de investimentos, não condizentes com as deficiências encontradas no Sistema Estadual de Saúde.
  15. Pesquisa Científica e Tecnológica - Descumprimento dos recursos destinados à aplicação em pesquisa científica e tecnológica, que no exercício de 2013 somaram R\$ 315,39 milhões, correspondendo a 1,80% das receitas correntes apuradas no período, ficando R\$ 34,10 milhões aquém do mínimo a ser aplicado, descumprido o art. 193 da Constituição Estadual.
  16. SEITEC - Contabilização da arrecadação dos recursos do SEITEC através de mecanismo que não identificam as receitas como de natureza tributária, em prejuízo da base de cálculo considerada no cômputo dos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e ações e serviços públicos de saúde e, conseqüentemente, na respectiva aplicação de recursos.
  17. Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE's) - Retenção de recursos destinados às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais no valor de R\$ 23,78 milhões, em desacordo com o art. 8º, § 1º, da Lei (estadual) n. 13.334/05.
  18. IPREV - Ocorrência de perda financeira decorrente de reenquadramentos considerados inconstitucionais, fato que impede a realização de compensação entre os regimes de previdência.
- Fonte: PCG-1400183445.

### 2.7.1.2.Recomendações

1. Educação - Reiterar a recomendação ao Estado para que proceda ao levantamento e identificação física das escolas estaduais, bem como adote medidas objetivando o estabelecimento de cronograma de manutenção periódica, a fim de evitar os recorrentes problemas registrados na rede pública estadual de ensino, dando efetividade ao plano de ação objeto do processo de monitoramento PMO 12/00063080 em tramitação nesta Corte de Contas.
2. Educação - Recomendar ao Governo do Estado que restitua à Educação patamares maiores de Investimentos, evitando a queda constatada nos últimos exercícios, visando a solução dos problemas apontados nas inspeções realizadas por esta Corte de Contas.
3. Educação - Recomendar a constituição de uma comissão mista para o equacionamento da solução dos inativos para os próximos exercícios.
4. Saúde - Recomendar ao Governo do Estado que aprimore a gestão e eleve os Investimentos da Saúde a patamares que possibilitem solucionar a situação precária dos hospitais e as longas filas de espera.

5. Saúde - Recomendar ao Governo do Estado que adote providências quanto à falta de pessoal.
6. Publicidade - Recomendar que o Estado promova a redução das despesas com publicidade, observando ainda que as despesas com as campanhas guardem razoabilidade e proporcionalidade com as ações de governo objeto da publicidade.
7. CIDASC - Recomendar ao Estado, que na condição de acionista majoritário da CIDASC, intervenha no sentido de que a empresa adote providências quanto a elaboração tempestiva dos registros e demonstrações contábeis.
8. SIGEF - Recomendar que o Estado promova o registro completo e tempestivo das ações do orçamento no Módulo de Acompanhamento Físico do SIGEF, permitindo assim uma avaliação mais precisa das metas planejadas.
9. IPREV - Recomendar que o Estado adote providências com vistas a redução do déficit atuarial do fundo financeiro.
10. IPREV - Recomendar ao Estado que viabilize a alienação de ativos relativos às participações em estatais, de propriedade do IPREV, com a consequente inserção dos recursos no regime de capitalização.
11. IPREV - Recomendar ao Estado que repasse ao Fundo Previdenciário o valor de R\$ 8,48 milhões, relativo à participação de 5% na receita de royalties do Tesouro Estadual no período de junho de 2008 a dezembro de 2013, conforme determina a Lei n. 412/2008, bem como proceda ao repasse, na mesma proporcionalidade, sobre as receitas que venha a receber ao mesmo título.
12. Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas - Recomendar ao Estado que adote providências com vistas a profissionalização da composição do quadro de Diretores e Membros dos Conselhos de Administração, ocupando-os com detentores de formação compatíveis com as atividades desenvolvidas.
13. Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas - Recomendar ao Estado, na condição de controlador das empresas, que intervenha no sentido de aprimorar o cumprimento da Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), permitindo a efetiva acessibilidade às informações e dados pelo cidadão.
14. Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas - Recomendar ao Estado a ampliação da aplicabilidade do Decreto n. 1670/2013 que dispõe sobre a estrutura e o responsável pelo Controle Interno, estendendo sua abrangência a todas as estatais catarinenses.
15. Disponibilidade de Caixa - Recomendar ao Estado que observe o montante das Disponibilidades de Caixa quando da inscrição de Restos a Pagar, evitando a ocorrência de Fontes de Recursos com saldos negativos, prática que conflita com os princípios da LRF. Fonte: PCG-1400183445.

O Pleno também determinou a realização de sete ações de controle pela área técnica do TCE/SC. Entre elas, uma auditoria operacional para traçar o panorama detalhado da gestão fiscal do Estado. O endividamento público, o déficit previdenciário, as operações de crédito e eventuais riscos para os próximos exercícios serão os principais pontos da análise. A área técnica também deverá monitorar a adoção de providências pelo Estado para resolver os problemas apurados, nos últimos dois anos, por auditorias do Tribunal em escolas, hospitais e estabelecimentos do sistema socioeducativo. Segue abaixo as ações determinadas pelo Pleno do TCE.

### **Determinações**

1. Determinar que a Diretoria competente deste Tribunal proceda ao monitoramento das escolas e hospitais estaduais, bem como dos estabelecimentos do Sistema Socioeducativo, objetos de inspeções e auditorias a respeito das condições físicas nos últimos 2 exercícios (2012 e 2013), de forma a averiguar as soluções efetivas adotadas pelo Estado.
2. Determinar a realização de uma auditoria operacional por parte desta Corte de Contas, a qual deverá avaliar os efeitos do endividamento atual do Estado, bem como os efeitos decorrentes da efetivação das operações de crédito previstas, em relação aos fluxos de caixa futuros, considerado o déficit previdenciário projetado, as dívidas decorrentes dos precatórios judiciais, os passivos contingentes e demais obrigações do Tesouro Estadual. Em suma, o referido trabalho deverá evidenciar os eventuais riscos e/ou dificuldades financeiras pelas quais o Estado possa vir a passar nos futuros exercícios e, em especial, os eventuais riscos quanto ao pagamento do serviço da dívida já contratada e à contratar.
3. Determinar que a Diretoria competente desta Corte de Contas proceda a inspeções acerca da consultoria Roland Berger Strategy Consultants Ltda. (que visou à elaboração e implementação de um Plano de Gestão Estratégica da Saúde), para avaliar o andamento da implantação do referido plano, bem como os resultados alcançados ao longo da execução do plano objeto da consultoria prestada.

4. Determinar, quanto às ressalvas e recomendações remanescentes dos exercícios anteriores, seja mantida a sistemática de acompanhá-las por processo de monitoramento, exigindo do Poder Executivo a apresentação de Plano de Ação, para o exame das providências saneadoras, sob pena de multa.
5. Determinar, quanto as ressalvas e recomendações relativas à análise das contas do exercício de 2013, cuja matéria não seja objeto de Processo de Monitoramento já em tramitação, que sejam autuados em autos específicos, para os quais deverão ser propostos os respectivos planos de ação por parte do Poder Executivo.
6. Determinar a realização de auditoria no que tange ao contrato n. 029/2013 firmado junto ao Banco do Brasil e o Poder Executivo visando apurar se parte dos rendimentos auferidos pelo Estado em decorrência do mesmo devem ser repassados ao IPREV, bem como o seu montante.
7. Determinar a realização de inspeção para verificar o correto cumprimento da Lei 13.633/05  
Fonte: PCG-1400183445

Fonte: ACOM

## 2.7.2. Pareceres Prévios em Contas de Gestão de Prefeitos

Segundo o previsto no art. 50 da Lei Complementar nº 202, de 15/12/2000, compete ao TCE/SC emitir Parecer Prévio sobre a prestação de contas da administração financeira dos municípios.

Dispõe ainda a referida Lei sobre a apreciação das contas que deverão ser prestadas anualmente pelos Prefeitos Municipais, mediante Parecer Prévio elaborado antes do encerramento do exercício que foram prestadas.

Essas contas são encaminhadas ao Tribunal de Contas até o dia 28 de fevereiro do exercício seguinte, contendo o Balanço Geral do município e Relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder executivo, sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, §4º, da Constituição Estadual.

Nas Contas Municipais de 2013 foram emitidos 295 Pareceres Prévios, sendo 284 (96,27%) pela aprovação e 11 (3,73%) pela rejeição.

**TABELA 09 - PARECERES PRÉVIOS EM CONTAS DE GESTÃO DE PREFEITOS - 2013**

Município	Parecer	Sessão	Município	Parecer	Sessão
Abdon Batista	Pela Aprovação	26/11/2014	Balneário Arroio do Silva	Pela Aprovação	19/11/2014
Abelardo Luz	Pela Aprovação	15/12/2014	Balneário Barra do Sul	Pela Aprovação	12/11/2014
Agrolândia	Pela Aprovação	08/09/2014	Balneário Camboriú	Pela Aprovação	10/12/2014
Agronômica	Pela Aprovação	12/11/2014	Balneário Gaivota	Pela Aprovação	08/12/2014
Água Doce	Pela Aprovação	13/10/2014	Balneário Piçarras	Pela Aprovação	25/08/2014
Águas de Chapecó	Pela Aprovação	12/11/2014	Balneário Rincão	Pela Aprovação	10/12/2014
Águas Frias	Pela Aprovação	11/06/2014	Bandeirante	Pela Aprovação	15/12/2014
Águas Mornas	Pela Aprovação	17/11/2014	Barra Bonita	Pela Aprovação	19/11/2014
Alfredo Wagner	Pela Aprovação	08/12/2014	Barra Velha	Pela Aprovação	29/09/2014
Alto Bela Vista	Pela Aprovação	17/09/2014	Bela Vista do Toldo	Pela Aprovação	24/11/2014
Anchieta	Pela Aprovação	24/11/2014	Belmonte	Pela Aprovação	25/08/2014
Angelina	Pela Aprovação	20/10/2014	Benedito Novo	Pela Aprovação	08/09/2014
Anita Garibaldi	Pela Rejeição	16/12/2014	Biguaçu	Pela Aprovação	08/12/2014
Anitápolis	Pela Rejeição	15/12/2014	Blumenau	Pela Aprovação	24/11/2014
Antônio Carlos	Pela Aprovação	17/09/2014	Bocaina do Sul	Pela Aprovação	08/12/2014
Apiúna	Pela Aprovação	18/08/2014	Bom Jardim da Serra	Pela Aprovação	15/12/2014
Arabutã	Pela Aprovação	06/10/2014	Bom Jesus	Pela Aprovação	10/09/2014
Araquari	Pela Rejeição	15/12/2014	Bom Jesus do Oeste	Pela Aprovação	29/10/2014
Araranguá	Pela Aprovação	10/12/2014	Bom Retiro	Pela Aprovação	03/12/2014
Armazém	Pela Aprovação	22/10/2014	Bombinhas	Pela Aprovação	03/12/2014
Arroio Trinta	Pela Aprovação	12/11/2014	Botuverá	Pela Aprovação	08/12/2014
Arvoredo	Pela Aprovação	15/09/2014	Braço do Norte	Pela Aprovação	26/11/2014
Ascurra	Pela Aprovação	29/09/2014	Braço do Trombudo	Pela Aprovação	03/12/2014
Atalanta	Pela Aprovação	08/12/2014	Brunópolis	Pela Aprovação	17/11/2014
Aurora	Pela Rejeição	01/12/2014	Brusque	Pela Aprovação	24/11/2014

Continua

continuação

Município	Parecer	Sessão	Município	Parecer	Sessão
-----------	---------	--------	-----------	---------	--------

Caçador	Pela Aprovação	15/12/2014	Imbuia	Pela Aprovação	13/10/2014
Caibi	Pela Aprovação	27/08/2014	Indaial	Pela Aprovação	08/10/2014
Calmon	Pela Aprovação	08/12/2014	Iomerê	Pela Aprovação	19/11/2014
Camboriú	Pela Aprovação	06/10/2014	Ipira	Pela Aprovação	29/09/2014
Campo Alegre	Pela Aprovação	26/11/2014	Iporã do Oeste	Pela Aprovação	29/09/2014
Campo Belo do Sul	Pela Aprovação	20/10/2014	Ipuaçú	Pela Aprovação	26/11/2014
Campo Erê	Pela Aprovação	15/12/2014	Ipumirim	Pela Aprovação	13/10/2014
Campos Novos	Pela Aprovação	10/11/2014	Iraceminha	Pela Aprovação	26/11/2014
Canelinha	Pela Aprovação	19/11/2014	Irani	Pela Rejeição	03/12/2014
Canoinhas	Pela Aprovação	12/11/2014	Irati	Pela Aprovação	03/11/2014
Capão Alto	Pela Rejeição	15/12/2014	Irineópolis	Pela Aprovação	08/12/2014
Capinzal	Pela Aprovação	25/08/2014	Itá	Pela Aprovação	17/11/2014
Capivari de Baixo	Pela Aprovação	03/12/2014	Itaiópolis	Pela Aprovação	15/12/2014
Catanduvas	Pela Aprovação	08/12/2014	Itajaí	Pela Aprovação	06/10/2014
Caxambu do Sul	Pela Aprovação	10/12/2014	Itapema	Pela Aprovação	10/12/2014
Celso Ramos	Pela Aprovação	19/11/2014	Itapiranga	Pela Aprovação	15/09/2014
Cerro Negro	Pela Aprovação	26/11/2014	Itapoá	Pela Aprovação	29/09/2014
Chapadão do Lageado	Pela Aprovação	24/11/2014	Ituporanga	Pela Aprovação	12/11/2014
Chapecó	Pela Aprovação	10/12/2014	Jaborá	Pela Aprovação	08/10/2014
Cocal do Sul	Pela Aprovação	13/10/2014	Jacinto Machado	Pela Aprovação	17/11/2014
Concórdia	Pela Aprovação	12/11/2014	Jaguarana	Pela Aprovação	01/10/2014
Cordilheira Alta	Pela Aprovação	13/10/2014	Jaraguá do Sul	Pela Aprovação	03/12/2014
Coronel Freitas	Pela Aprovação	08/12/2014	Jardinópolis	Pela Aprovação	25/08/2014
Coronel Martins	Pela Aprovação	08/09/2014	Joaçaba	Pela Aprovação	19/11/2014
Correia Pinto	Pela Aprovação	17/09/2014	Joinville	Pela Aprovação	17/12/2014
Corupá	Pela Aprovação	13/10/2014	José Boiteux	Pela Aprovação	29/10/2014
Criciúma	Pela Aprovação	26/11/2014	Jupiá	Pela Aprovação	13/10/2014
Cunha Porã	Pela Aprovação	01/12/2014	Lacerdópolis	Pela Aprovação	15/09/2014
Cunhataí	Pela Aprovação	24/11/2014	Lages	Pela Aprovação	15/12/2014
Curitibanos	Pela Aprovação	29/09/2014	Laguna	Pela Aprovação	15/12/2014
Descanso	Pela Aprovação	08/12/2014	Lajeado Grande	Pela Aprovação	24/11/2014
Dionísio Cerqueira	Pela Aprovação	19/11/2014	Laurentino	Pela Aprovação	17/09/2014
Dona Emma	Pela Aprovação	27/08/2014	Lauro Müller	Pela Aprovação	15/12/2014
Doutor Pedrinho	Pela Aprovação	11/06/2014	Lebon Régis	Pela Aprovação	06/10/2014
Entre rios	Pela Aprovação	10/11/2014	Leoberto Leal	Pela Aprovação	26/11/2014
Ermo	Pela Aprovação	08/12/2014	Lindóia do Sul	Pela Aprovação	29/09/2014
Erval Velho	Pela Aprovação	06/10/2014	Lontras	Pela Aprovação	12/11/2014
Faxinal dos Guedes	Pela Aprovação	06/10/2014	Luis Alves	Pela Aprovação	17/11/2014
Flor do Sertão	Pela Aprovação	08/10/2014	Luzerna	Pela Aprovação	12/11/2014
Florianópolis	Pela Aprovação	15/12/2014	Macieira	Pela Aprovação	15/12/2014
Formosa do Sul	Pela Aprovação	29/09/2014	Mafra	Pela Rejeição	16/12/2014
Forquilha	Pela Aprovação	10/11/2014	Major Gercino	Pela Aprovação	29/10/2014
Fraiburgo	Pela Aprovação	06/10/2014	Major Vieira	Pela Rejeição	15/12/2014
Frei Rogério	Pela Aprovação	15/12/2014	Maracajá	Pela Aprovação	05/11/2014
Galvão	Pela Aprovação	15/09/2014	Maravilha	Pela Aprovação	01/12/2014
Garopaba	Pela Aprovação	26/11/2014	Marema	Pela Aprovação	18/08/2014
Garuva	Pela Aprovação	15/12/2014	Massaranduba	Pela Aprovação	17/11/2014
Gaspar	Pela Aprovação	15/09/2014	Matos Costa	Pela Aprovação	10/12/2014
Governador Celso Ramos	Pela Rejeição	17/12/2014	Meleiro	Pela Aprovação	06/10/2014
Grão Pará	Pela Aprovação	13/10/2014	Mirim Doce	Pela Aprovação	15/10/2014
Gravatal	Pela Aprovação	08/12/2014	Modelo	Pela Aprovação	22/10/2014
Guabiruba	Pela Aprovação	15/09/2014	Mondaí	Pela Aprovação	17/11/2014
Guaraciaba	Pela Aprovação	15/12/2014	Monte Carlo	Pela Aprovação	26/11/2014
Guaramirim	Pela Aprovação	08/12/2014	Monte Castelo	Pela Aprovação	17/11/2014
Guarujá do Sul	Pela Aprovação	15/12/2014	Morro da Fumaça	Pela Aprovação	05/11/2014
Guatambu	Pela Aprovação	10/12/2014	Morro Grande	Pela Aprovação	20/10/2014
Herval D'Oeste	Pela Rejeição	16/12/2014	Navegantes	Pela Aprovação	15/09/2014
Ibiam	Pela Aprovação	29/09/2014	Nova Erechim	Pela Aprovação	22/10/2014
Ibicaré	Pela Aprovação	08/10/2014	Nova Itaberaba	Pela Aprovação	29/09/2014
Ibirama	Pela Aprovação	26/11/2014	Nova Trento	Pela Aprovação	08/12/2014
Içara	Pela Aprovação	08/12/2014	Nova Veneza	Pela Aprovação	24/11/2014
Ilhota	Pela Aprovação	17/12/2014	Novo Horizonte	Pela Aprovação	15/12/2014
Imaruí	Pela Aprovação	03/11/2014	Orleans	Pela Aprovação	26/11/2014
Imbituba	Pela Aprovação	03/12/2014	Otacílio Costa	Pela Aprovação	08/12/2014

Continua

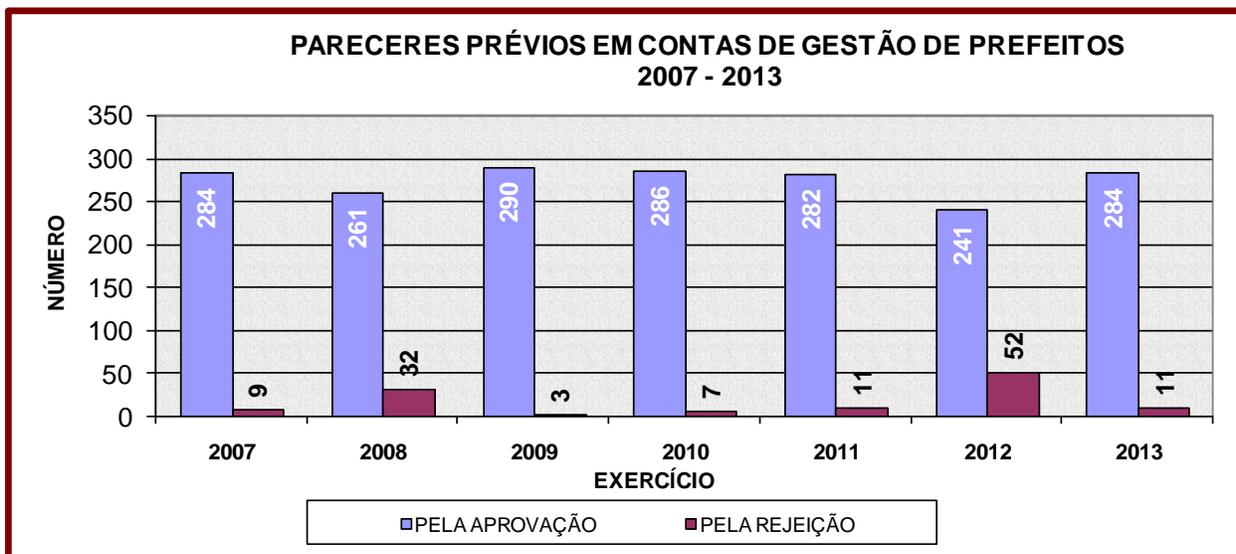
Continuação

Município	Parecer	Sessão	Município	Parecer	Sessão
-----------	---------	--------	-----------	---------	--------

Ouro	Pela Aprovação	28/07/2014	São Bernardino	Pela Aprovação	23/07/2014
Ouro Verde	Pela Aprovação	26/11/2014	São Bonifácio	Pela Aprovação	08/10/2014
Paial	Pela Aprovação	03/12/2014	São Carlos	Pela Aprovação	08/10/2014
Painel	Pela Aprovação	01/12/2014	São Cristóvão do Sul	Pela Aprovação	17/12/2014
Palhoça	Pela Aprovação	15/12/2014	São Domingos	Pela Aprovação	15/09/2014
Palma Sola	Pela Aprovação	26/11/2014	São Francisco do Sul	Pela Rejeição	15/12/2014
Palmeira	Pela Aprovação	15/12/2014	São João Batista	Pela Aprovação	26/11/2014
Palmitos	Pela Aprovação	27/08/2014	São João do Itaperiú	Pela Aprovação	08/12/2014
Papanduva	Pela Aprovação	17/09/2014	São João do Oeste	Pela Aprovação	26/11/2014
Paraíso	Pela Aprovação	20/10/2014	São João do Sul	Pela Aprovação	16/07/2014
Passo de Torres	Pela Aprovação	24/11/2014	São Joaquim	Pela Aprovação	17/11/2014
Passos Maia	Pela Aprovação	29/09/2014	São José	Pela Aprovação	12/11/2014
Paulo Lopes	Pela Aprovação	22/09/2014	São José do Cedro	Pela Aprovação	03/12/2014
Pedras Grandes	Pela Aprovação	06/10/2014	São José do Cerrito	Pela Aprovação	26/11/2014
Penha	Pela Aprovação	10/12/2014	São Lourenço do Oeste	Pela Aprovação	10/12/2014
Peritiba	Pela Aprovação	10/12/2014	São Ludgero	Pela Aprovação	26/11/2014
Pescaria Brava	Pela Aprovação	15/12/2014	São Martinho	Pela Aprovação	01/10/2014
Petrolândia	Pela Aprovação	19/11/2014	São Miguel da Boa Vista	Pela Aprovação	24/11/2014
Pinhalzinho	Pela Aprovação	19/11/2014	São Miguel do Oeste	Pela Aprovação	24/11/2014
Pinheiro Preto	Pela Aprovação	17/11/2014	São Pedro de Alcântara	Pela Aprovação	10/12/2014
Piratuba	Pela Aprovação	03/12/2014	Saudades	Pela Aprovação	06/10/2014
Planalto Alegre	Pela Aprovação	19/11/2014	Schroeder	Pela Aprovação	15/09/2014
Pomerode	Pela Aprovação	17/11/2014	Seara	Pela Aprovação	08/12/2014
Ponte Alta	Pela Aprovação	03/12/2014	Serra Alta	Pela Aprovação	26/11/2014
Ponte Alta do Norte	Pela Aprovação	26/11/2014	Siderópolis	Pela Aprovação	26/11/2014
Ponte Serrada	Pela Aprovação	10/11/2014	Sombrio	Pela Aprovação	24/11/2014
Porto Belo	Pela Aprovação	17/11/2014	Sul Brasil	Pela Aprovação	26/11/2014
Porto União	Pela Aprovação	03/12/2014	Taió	Pela Aprovação	19/11/2014
Pouso Redondo	Pela Aprovação	15/12/2014	Tangará	Pela Aprovação	17/11/2014
Praia Grande	Pela Aprovação	30/06/2014	Tigrinhos	Pela Aprovação	22/09/2014
Presidente Castello Branco	Pela Aprovação	24/11/2014	Tijucas	Pela Aprovação	15/12/2014
Presidente Getúlio	Pela Aprovação	19/11/2014	Timbé do Sul	Pela Aprovação	29/10/2014
Presidente Nereu	Pela Aprovação	24/11/2014	Timbó	Pela Aprovação	15/09/2014
Princesa	Pela Aprovação	08/10/2014	Timbó Grande	Pela Aprovação	15/12/2014
Quilombo	Pela Aprovação	01/10/2014	Três Barras	Pela Aprovação	10/11/2014
Rancho Queimado	Pela Aprovação	03/12/2014	Treviso	Pela Aprovação	24/11/2014
Rio das Antas	Pela Aprovação	03/12/2014	Treze de Maio	Pela Aprovação	03/11/2014
Rio do Campo	Pela Aprovação	17/11/2014	Treze Tilias	Pela Aprovação	03/12/2014
Rio do Oeste	Pela Aprovação	15/09/2014	Trombudo Central	Pela Aprovação	03/12/2014
Rio do Sul	Pela Aprovação	15/12/2014	Tubarão	Pela Aprovação	24/11/2014
Rio dos Cedros	Pela Aprovação	22/10/2014	Tunápolis	Pela Aprovação	22/09/2014
Rio Fortuna	Pela Aprovação	22/10/2014	Turvo	Pela Aprovação	10/11/2014
Rio Negrinho	Pela Aprovação	10/11/2014	União do Oeste	Pela Aprovação	22/09/2014
Rio Rufino	Pela Aprovação	10/12/2014	Urubuci	Pela Aprovação	24/11/2014
Riqueza	Pela Aprovação	03/12/2014	Urupema	Pela Aprovação	10/11/2014
Rodeio	Pela Aprovação	17/09/2014	Urussanga	Pela Aprovação	26/11/2014
Romelândia	Pela Aprovação	24/11/2014	Vargão	Pela Aprovação	08/12/2014
Salete	Pela Aprovação	17/11/2014	Vargem	Pela Aprovação	24/11/2014
Saltinho	Pela Aprovação	01/12/2014	Vargem Bonita	Pela Aprovação	17/09/2014
Salto Veloso	Pela Aprovação	06/10/2014	Vidal Ramos	Pela Aprovação	06/10/2014
Sangão	Pela Aprovação	17/11/2014	Videira	Pela Aprovação	26/11/2014
Santa Cecília	Pela Aprovação	24/11/2014	Vitor Meireles	Pela Aprovação	17/09/2014
Santa Helena	Pela Aprovação	19/11/2014	Witmarsum	Pela Aprovação	26/11/2014
Santa Rosa de Lima	Pela Aprovação	15/12/2014	Xanxerê	Pela Aprovação	10/12/2014
Santa Rosa do Sul	Pela Aprovação	17/11/2014	Xavantina	Pela Aprovação	19/11/2014
Santa Terezinha	Pela Aprovação	08/09/2014	Xaxim	Pela Aprovação	17/12/2014
Santa Terezinha do Progresso	Pela Aprovação	03/12/2014	Zortéa	Pela Aprovação	08/12/2014
Santiago do Sul	Pela Aprovação	01/12/2014			
Santo Amaro da Imperatriz	Pela Aprovação	03/12/2014			
São Bento do Sul	Pela Aprovação	19/11/2014			

Fonte: DMU

## GRÁFICO 03



## 2.7.3. Fiscalizações e Inspeções

No ano de 2014, as Diretorias Técnicas realizaram 179 fiscalizações “in loco”, em órgãos da administração estadual e municipal, no tocante à apuração de denúncias na fiscalização da aplicação de recursos repassados pelos órgãos governamentais e na fiscalização dos atos e das contas dos administradores.

Comparando-se os anos de 2013 e 2014, observa-se que houve um número menor de fiscalizações, correspondendo a 7,25%, conforme demonstra a tabela a seguir.

TABELA 10 - AUDITORIAS REALIZADAS – 2013-2014

Diretoria	Auditoria 2013			Auditoria 2014		
	Ordinária	Especial	Total	Ordinária	Especial	Total
DCE	60	-	60	61	-	61
DCG				16	-	16
DMU	64	-	64	29	-	29
DLC	28	-	28	26	-	26
DAE	14	4	18	17	10	27
DAP	23	-	23	20	-	20
<b>Total</b>	<b>189</b>	<b>4</b>	<b>193</b>	<b>169</b>	<b>10</b>	<b>179</b>

Fonte: Diretorias Técnicas

## 2.7.4. Atos Sujeitos a Registro

Segundo o prescrito no art. 34, da Lei Complementar nº 202, 15/12/2000, na forma estabelecida pelo art. 36, da Resolução nº TC-06/2001, para fins de registro, cabe ao TCE/SC apreciar os atos de:

I - admissão de pessoal a qualquer título, na administração direta e indireta, do Estado e do Município, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão; e

II - concessão de aposentadoria, reformas, pensões e transferência para a reserva, bem como de melhorias posteriores que tenham alterado o fundamento legal do respectivo ato inicial, na forma prevista em provimento próprio.

A Tabela 11 apresenta a quantidade de atos, sujeitos a registro, apreciados pelo Tribunal no exercício de 2013 e 2014. Comparando-se os anos, percebe-se um aumento considerável no julgamento de processos sobre Atos de Pessoal, correspondendo a 22,27% (904 processos).

**TABELA 11 – PROCESSOS SOBRE ATOS DE PESSOAL, PENSÃO E AUXÍLIO ESPECIAL APRECIADOS PELO TRIBUNAL PLENO**

Natureza	QUANTIDADE	
	2013	2014
Auditoria "in loco" de Atos de Pessoal	2	2
Auditoria de Atos de Pessoal	11	27
Inspeção referente á Atos de Pessoal	2	-
Registro de Ato de Pensão e Auxílio Especial	707	1.230
Registro de Ato de Admissão de Pessoal	1	-
Registro de Ato de Aposentadoria	3.018	2.627
Registro de Ato de Reforma	11	11
Registro de Ato de Transf. p/ Res. Remunerada	268	458
Retificação de Ato Aposentatório	12	549
Retificação de Ato de Reforma	-	-
Retificação de Ato de Pensão e Auxílio Especial	-	57
Solicitação de Atos de Pessoal	28	3
<b>Total</b>	<b>4.060</b>	<b>4.964</b>

Fonte: Secretaria Geral – SEG